

ATIVIDADE DOCENTE DE MAGISTRADOS – MAGISTÉRIO

Semestre / Ano	Magistrado	Instituição de Ensino	Disciplina(s)	Dia(s) e Horário(s)
01/2022	Luciane Cardoso Barzotto	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Introdução ao Direito do Trabalho	EAD; 60 horas semestrais, 8 horas semanais
01/2022	Valdete Souto Severo	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Processo do Trabalho I	Terças-feiras das 18h30 às 21h50 e sextas-feiras das 7h30 às 10h50; 20 horas semestrais
01/2022	Valdete Souto Severo	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Contribuições feministas e antirracistas para compreensão das relações de trabalho	Sextas-feiras das 11h30 às 13h; 4 horas semestrais
01/2022	Luciano Ricardo Cembranel	IMED – Complexo de Ensino Superior Meridional	Direito do Trabalho II	Terças-feiras das 19h10 às 22h30; 80 horas semestrais
01/2022	Luciano Ricardo Cembranel	IMED – Complexo de Ensino Superior Meridional	Estágio obrigatório de Direito do Trabalho	Quartas-feiras das 19h10 às 22h30
01/2022	Clocemar Lemes Silva	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	Direito do Trabalho	Segundas-feiras das 19h10 às 22h30; 80 horas semestrais
01/2022	Clocemar Lemes Silva	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	Direito Processual do Trabalho	Quartas-feiras das 19h10 às 22h30; 80 horas semestrais
01/2022	Maurício Machado Marca	UCS – Universidade de Caxias do Sul	Direito Processual do Trabalho	Terças-feiras das 19h40 às 22h40; 4 horas semestrais
01/2022	Francisco Rossal de Araújo	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Direito do Trabalho II	Segundas-feiras das 07h30 às 10h50 e das 18h30 às 21h50; 120 horas semestrais (60 horas para cada turma)
01/2022	Francisco Rossal de Araújo	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Ação rescisória no Processo do Trabalho	13/05/2022, das 14h às 18h; 5 horas-aula
01/2022	Rubiane Solange Gassen Assis	Fundação Educacional Machado de Assis	Resolução extrajudicial de conflitos	Segundas-feiras e sextas-feiras das 19h15 às 22h50; 20 horas semestrais

Este relatório foi emitido para atender a Resolução CNJ nº 34/2007, com redação dada pela Resolução CNJ nº 226/2016.

Atualizado pela Corregedoria em 28 de março de 2022